

# PROGRAMAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA?

**Palavras-Chave: Sustentabilidade, Orgânicos, Políticas Públicas**

**Autores/as:**

**JOSIANE ARAGÃO DE OLIVEIRA – FEAGRI/UNICAMP**

**Profa. Dra. VANILDE FERREIRA DE SOUZA-ESQUERDO (orientadora) – FEAGRI/UNICAMP**

**MSc. WOLNEY FELIPPE ANTUNES JUNIOR (coorientador) – FEAGRI/UNICAMP**

---

## INTRODUÇÃO

A preservação ambiental, assim como as mudanças climáticas, são preocupações crescentes em nossa sociedade. São preocupações que envolvem diferentes setores, entre eles a produção agropecuária. Portanto, aliar a produção de alimentos aos cuidados com o meio ambiente se faz necessária. De acordo com Carmo (1998), a agricultura familiar é considerada o *locus* ideal para a produção sustentável, ou seja, para a produção com vistas à preservação ambiental. Há dados que mostram que 70% dos produtores de alimentos orgânicos no Brasil (isto é, que não aplicam agrotóxicos e fertilizantes sintéticos) são familiares (DAROLT, 2001), denotando a relevância da agricultura familiar para viabilizar o acesso a alimentos livres de contaminantes químicos e ambientalmente amigáveis.

A partir dos anos 2000 houve o apoio por parte do Estado em estabelecer programas de políticas públicas que aliam o fortalecimento da agricultura familiar à segurança alimentar e nutricional da população. Um desses programas é o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e outro é o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) que, embora tenha sido instituído na década de 1950, a aquisição de alimentos da agricultura familiar ocorreu após a institucionalização da Lei 11.947/2009. Esta lei estabelece que no mínimo 30% dos recursos do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) repassados aos estados e municípios para compra da alimentação escolar devem ser direcionados para a aquisição de alimentos da agricultura familiar (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014). Ambos os programas possuem dispositivos que preveem a compra de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos da agricultura familiar.

O Estado ao estabelecer programas de políticas públicas que visam à segurança alimentar e nutricional da população e ao adquirir produtos orgânicos e/ou agroecológicos da agricultura

familiar pode contribuir no incentivo às práticas sustentáveis de produção agrícola e, conseqüentemente, para a preservação ambiental. Contudo, passados 18 anos da implantação do PAA e 12 anos da promulgação da Lei 11.947, do PNAE, fica ainda o questionamento se esses programas estão realmente adquirindo alimentos produzidos de forma sustentável pelos agricultores familiares. Deste modo, nosso objetivo foi verificar se o PAA e o PNAE estão realmente adquirindo produtos orgânicos e/ou agroecológicos da agricultura familiar.

## **METODOLOGIA**

### **RECORTE ESPACIAL**

Neste estudo, a proposta utilizada foi o recorte espacial do estado de São Paulo, que possui 645 municípios. Vale destacar que o PAA e o PNAE são programas executados por meio dos municípios. Para viabilizar o levantamento de dados, estipulamos uma estratégia de seleção de um conjunto de municípios, no intuito de que estes representem o recorte espacial e que forneçam um panorama representativo do estado de São Paulo. A estratégia de seleção se configurou da seguinte maneira:

- I. Foram consideradas as onze Regiões Geográficas Intermediárias do estado de São Paulo, que são as mais recentes divisões regionais do IBGE (2017);
- II. Para cada Região Geográfica Intermediária foram selecionados três municípios;
- III. Na seleção dos três municípios de cada Região Intermediária, os critérios foram: um sendo o município sede e referência, que é aquele que dá o nome à Região Intermediária; e outros dois que atingiram ou superaram a marca de 30% de compra de alimentos da agricultura familiar no PNAE. Para este último critério foram consultados os últimos dados disponíveis (FNDE, 2020).

Foram, então, selecionados 33 municípios referentes às 11 Regiões Intermediárias de São Paulo, sendo eles: Santa Clara D'Oeste, Fernandópolis e São José do Rio Preto; Sertãozinho, Franca e Ribeirão Preto; Porto Ferreira, Santa Rita do Passa Quatro e Araraquara; Americana, Serra Negra e Campinas; Ubatuba, Tremembé e São José dos Campos; Bertioga, Itanhaém e São Paulo; Apiaí, Guapiara e Sorocaba; Bofete, Botucatu e Bauru; Paraguaçu Paulista, Maracá e Marília; Rosana, Presidente Venceslau e Presidente Prudente; Mirandópolis, Andradina e Araçatuba.

### **LEVANTAMENTO DE DADOS**

Para os dois programas de políticas públicas estudados (PAA e PNAE) o levantamento de dados se deu a partir de fontes secundárias. Os dados almejados foram aqueles referentes às quantidades de alimentos orgânicos e convencionais fornecidos aos programas. Tais dados, por sua vez, receberam análises longitudinais e foram sistematizados em tabelas.

Cada programa possui uma fonte específica de obtenção de dados. No caso do PAA, as informações foram obtidas por meio do Portal de Transparência do PAA (CONAB, 2020). Já em relação ao PNAE, as informações desejadas foram obtidas por meio de cada prefeitura, mediante solicitação direta às suas respectivas secretarias municipais de educação, que são as responsáveis pela gestão local do programa. Para o PAA a proposta utilizada foi que os dados fossem referentes aos anos de 2012 e 2013, que foi o período em que este programa teve uma forte atuação no estado de São Paulo. Para o PNAE, a opção foi pelos dados mais recentes, sendo os de 2018 e 2019.

## RESULTADOS

Da amostra inicial de 33 municípios, 15 prefeituras forneceram os dados referentes ao PNAE e, por meio do Portal de Transparência do PAA, foi possível levantar dados de 17 municípios. No caso do PNAE, a dificuldade em obter as informações ocorreu pelo motivo das prefeituras não colaborarem com o compartilhamento das mesmas. Já no caso do PAA, alguns municípios selecionados não acessaram o programa nos anos de 2012 e 2013.

Na Tabela 1, apresentamos os dados referentes à execução do PAA em 17 municípios paulistas (em 2012 e 2013) e do PNAE em 15 municípios (em 2018 e 2019) e da quantidade de alimentos convencionais e orgânicos que foram adquiridos da agricultura familiar. Quando não especificados (e para fins de cálculo e padronização), consideramos que 1 (um) maço de hortaliça é equivalente a 0,5 quilograma, assim como 1 (um) litro de leite ou de suco é igual a 1 (um) quilograma.

**Tabela 1.** Execução do PAA e do PNAE

<b>PAA</b>			
<b>2012</b>		<b>2013</b>	
<b>Qtde. (kg) Convencional</b>	<b>Qtde. (kg) Orgânico</b>	<b>Qtde. (kg) Convencional</b>	<b>Qtde. (kg) Orgânico</b>
6.568.140,75 (99,63%)	24.363,00 (0,37%)	3.994.141,29 (96,22%)	156.729,00 (3,78%)
<b>PNAE</b>			
<b>2018</b>		<b>2019</b>	
<b>Qtde. (kg) Convencional</b>	<b>Qtde. (kg) Orgânico</b>	<b>Qtde. (kg) Convencional</b>	<b>Qtde. (kg) Orgânico</b>
6.606.876,51 (67,75%)	3.145.179,00 (32,25%)	6.137.480,43 (71,15%)	2.488.981,15 (28,85%)

Fonte: Elaboração própria (2021).

No PAA, dos 17 municípios contabilizados apenas três adquiriram, em algum momento, alimentos orgânicos. Em relação ao PNAE, apenas quatro, entre 15 municípios, compraram

alimentos orgânicos produzidos pela agricultura familiar. Em ambos os programas, a diversidade de produtos orgânicos adquiridos foi menor quando comparada aos produtos convencionais.

## **DISCUSSÕES**

Os programas aqui analisados possuem o intuito de, concomitantemente, fortalecer a agricultura familiar e promover a segurança alimentar e nutricional, seja da população rural e urbana em situação de maior vulnerabilidade social (no caso do PAA), seja de educandos de todas as etapas da educação pública (no caso do PNAE). Especificamente para as famílias agricultoras participantes dos programas, estudos mostram como o acesso ao PAA e ao PNAE proporcionam a oportunidade de ampliar as suas rendas, resgatar saberes da cultura alimentar e produtiva local, bem como a de fortalecer as organizações sociais, via formação de associações e cooperativas (COLNAGO; HESPANHOL, 2019; FUHR; TRICHES, 2017; SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014; BERGAMASCO; BORSATTO; SOUZA-ESQUERDO, 2013).

No entanto, no que se refere ao incentivo a modelos mais sustentáveis de produção agrícola, notamos baixa quantidade de alimentos orgânicos (comparados aos dos alimentos convencionais) adquiridos no âmbito dos dois programas. Embora os dados deste trabalho mostrem, no caso do PNAE, um cenário mais favorável às compras de alimentos orgânicos, é importante destacar que isso se deve ao município de São Paulo, que faz grandes e expressivas compras de alimentos orgânicos, porém concentrados em apenas dois produtos, arroz e banana, produzidos, respectivamente, por cooperativas de produtores familiares do Rio Grande do Sul e do Vale do Ribeira-SP.

A dificuldade em adquirir alimentos orgânicos pode ser explicada por um conjunto de fatores, por exemplo: por processos burocráticos para se conseguir a certificação de produção orgânica por parte dos produtores rurais (o que limita a oferta destes produtos); pela ausência de produtores familiares com certificação de produção orgânica nos municípios; pela falta de interesse dos gestores públicos em adquirirem esses tipos de produtos; pelo preço dos produtos orgânicos serem mais elevados; entre outros.

A partir desse cenário, é possível apontar que os programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar, como o PAA e o PNAE, enfrentam grandes desafios e dificuldades em promover sistemas de produção agrícola mais sustentáveis. Considerando que, entre outras coisas, a transição agroecológica envolve o estabelecimento de agroecossistemas mais diversificados e considerando que, no PAA e no PNAE, a aquisição de alimentos orgânicos são concentrados em poucas variedades, o incentivo à agroecologia encara desafios ainda maiores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da problemática ambiental que envolve as mudanças climáticas e os seus graves impactos sociais, econômicos, produtivos e ecológicos, cresce a demanda por estratégias que reduzam ou recuperem os impactos gerados pelas atividades humanas no meio ambiente. A produção de alimentos, enquanto uma atividade central, deve protagonizar essas estratégias, por exemplo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar, do incentivo à produção orgânica e à transição agroecológica. Nesse sentido, cabe os exemplos do PAA e do PNAE que, além de serem programas de promoção da segurança alimentar e nutricional e de apoio à agricultura familiar, preveem ações em prol da sustentabilidade.

No entanto, tanto o PAA quanto o PNAE encontram dificuldades em ampliar as compras de alimentos orgânicos e agroecológicos da agricultura familiar. Embora estes programas já tenham se consolidado como importantes meios de fortalecimento desta categoria, no que se refere ao incentivo à produção orgânica e à agroecologia há ainda muito o que avançar. Para contribuir com esse avanço, sugerimos que sejam realizadas mais pesquisas sobre as compras de alimentos orgânicos no PAA e no PNAE, que busquem compreender o que limita e o que favorece essa questão.

---

## **BIBLIOGRAFIA**

BERGAMASCO, S. M.P.P., BORSATTO, R. S. e SOUZA-ESQUERDO, V.F. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: reflexões a partir de estudos de casos no estado de São Paulo. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, Buenos Aires - Argentina, n. 38, p.25-50, 2013

CARMO, M. S. **A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável.** In: FRANDENBURG, A.; FERREIRA, A.D.D.(Org) Para pensar em outra agricultura. Curitiba: UFPR, 1998. p.215-238

DAROLT, M. R. **Porque os alimentos orgânicos são mais caros.** 2001. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabdarmais.htm>>

SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M.P. Análise Sobre o Acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas (SP). **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S205-S222, 2014 – Impressa em Fev. de 2015.

FUHR, A. L. TRICHES, R. M. Qualidade da alimentação escolar a partir da aquisição de produtos da agricultura familiar. **Segur. Aliment. Nutr.**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 113-124, jul./dez. 2017

COLNAGO, E.P.; HESPANHOL, R. Ap. de M. Políticas públicas e desenvolvimento territorial: uma análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos municípios de Dracena e Regente Feijó - SP. **GEOGRAFIA** (Londrina), v. 28, p. 185-202, 2019.